

PREÂMBULO

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

DATA DE ABERTURA: 10/11/2020

HORÁRIO: 09H00MIN

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).**

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Serviço de instalação, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra, do sistema de balizamento luminoso da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Regional de Pouso Alegre MG.	Serviço	01

1.3. O serviço deverá ser executado conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, relatório técnico, projeto(s) e demais documentos anexos a este Edital.

2 - PRAZOS

2.1. O **prazo de vigência do contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993,

desde que ocorra algum dos motivos listados no citado dispositivo legal;

2.2. A **Ordem de Serviço** para execução será emitida pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em **até 10(dez) dias úteis** após a publicação do contrato assinado;

2.3. O **início da execução dos serviços** deverá ocorrer em **até 15 dias úteis** a partir do recebimento da **Ordem de Serviço** pela **CONTRATADA**;

2.4. O **prazo de execução dos serviços** será de **90 (noventa) dias corridos**, conforme previsto no **Cronograma Físico-Financeiro** anexo a este edital e ao Projeto Básico. Em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada submetida à análise e aprovação da Contratante, este prazo poderá ser prorrogado por igual período, limitado ao prazo de vigência do contrato;

2.5. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, além das disposições contidas no Código Civil Brasileiro. Todo atraso deverá ser registrado no **Relatório de Serviços** previsto no item 3.5 do Projeto Básico, com devida justificativa.

2.6. Face ao disposto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, as quantidades de que trata o anexo da planilha de custos e quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

2.7. Em caráter excepcional e na necessidade de determinação de prazo não previsto no Projeto Básico e/ou Edital, em decorrência de eventualidade surgida durante a execução do serviço e/ou contrato, este será determinado pela **CONTRATANTE**.

3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas correspondentes à execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- **Ficha: 1378**



- **Dotação orçamentária:** 02.015.2069.0026.0782.0013.3.33.90.39.00
- **Descrição:** MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRÂNSITO - TESOURO.

4 – DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor total estimado para a execução do objeto é de **R\$ 408.644,08 (quatrocentos e oito mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oito centavos)**, de acordo com planilha orçamentária disponibilizada no site <https://pousoalegre.mg.gov.br/licitacao.asp>.

Pouso Alegre/MG, 20 de Outubro de 2020.

Vanessa Moraes Skielka Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EDITAL TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

DATA DE ABERTURA: 10/11/2020

HORÁRIO: 09H00MIN

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

O **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da Portaria nº 3.855/2020, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA)**, de acordo com as disposições constantes do presente edital, do projeto básico e do memorial descritivo, em observância à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas complementares.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA)**.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Serviço de instalação, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra, do sistema de balizamento luminoso da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Regional de Pouso Alegre MG.	Serviço	01

1.3. O serviço deverá ser executado conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, relatório técnico, projeto(s) e demais documentos anexos a este Edital.

2 - DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas correspondentes à execução do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- **Ficha:** 1378

- **Dotação orçamentária:** 02.015.2069.0026.0782.0013.3.33.90.39.00

- **Descrição:** MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRÂNSITO - TESOURO.

2.2 – DO VALOR ESTIMADO

2.2.1. O valor total estimado para a execução do objeto é de **R\$ 408.644,08 (quatrocentos e oito mil seiscientos e quarenta e quatro reais e oito centavos)**, de acordo com planilha orçamentária disponibilizada no site <https://pousoalegre.mg.gov.br/licitacao.asp>.

3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a esta Tomada de Preços, ou ainda, para impugnar este edital, desde que faça com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para recebimento dos envelopes, nos termos do art. 41, § 1º da Lei 8.886/93.

3.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização do certame.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar do certame até o trânsito em julgado da decisão.

3.4. As impugnações deverão ser feitas mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico editaismpa@gmail.com, **com assinatura digital (via token ou certificado digital)**, ou protocolizada na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, dirigida a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, auxiliada pelo setor técnico competente.

3.5. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.5.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, para serem autenticados por servidor da administração, desde que sejam apresentados os originais, ou ainda em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

3.6. O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Presidente, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.7. A decisão da Presidente da Comissão Permanente de Licitações será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o prazo para resposta descrito no item 3.4, e será divulgada no *site* deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4 - DOS PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, desde que ocorra algum dos motivos listados no citado dispositivo legal;

4.2. A Ordem de Serviço para execução será emitida pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do contrato assinado;

4.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 15 dias úteis a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

4.4. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este processo e ao Projeto Básico. Em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada submetida à análise e aprovação da Contratante, este prazo poderá ser prorrogado por igual período, limitado ao prazo de vigência do contrato;

4.5. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, além das disposições contidas no Código Civil Brasileiro. Todo atraso deverá ser registrado no Relatório de Serviços previsto no item 3.5 do Projeto Básico, com devida justificativa.

4.6. Face ao disposto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, as quantidades de que trata o anexo da planilha de custos e quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

4.7. Em caráter excepcional e na necessidade de determinação de prazo não previsto no Projeto Básico e/ou Edital, em decorrência de eventualidade surgida durante a execução do serviço e/ou contrato, este será determinado pela CONTRATANTE.

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1. As empresas interessadas em participar desta licitação deverão apresentar seus documentos e propostas em 02 (dois) envelopes separados, lacrados, indevassáveis e não transparentes numerados de 01 (um) e 02 (dois), com os seguintes dizeres:

Envelope nº. 01 “HABILITAÇÃO”

A Presidente da CPL da Prefeitura do Município de Pouso Alegre

Tomada de Preços nº 11/2020

Processo Administrativo nº 175/2020

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A
REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE
BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO
AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).**

Licitante:

Envelope nº. 02 “PROPOSTA COMERCIAL”

A Presidente da CPL da Prefeitura do Município de Pouso Alegre

Tomada de Preços nº 11/2020

Processo Administrativo nº 175/2020

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO
DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO
LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL
DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).**

Licitante:

5.2. Os envelopes correspondentes às etapas licitatórias de habilitação e classificação, respectivamente, **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA COMERCIAL**, deverão ser entregues junto ao Departamento de Licitações - Comissão de Licitações, situado na Rua dos Carijós, n.º 45, Pouso Alegre, na data designada para a sessão pública.

5.3. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre não se responsabilizará pelos envelopes referentes ao nº 1 - Documentos de Habilitação e nº 2 - Proposta Comercial, enviados pelo Correio/Sedex e entregues fora do prazo.

5.4. Imediatamente após o encerramento deste prazo, não serão mais recebidos os referidos envelopes, nem autorizados adendos aos já entregues, sendo que no mesmo local será dado início aos trabalhos na presença dos representantes legais da empresa e demais interessados.

5.5. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Habilitação”. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

5.5.1. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto à Comissão Permanente de Licitações, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do certame, munido de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

5.5.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.5.2.1. Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

5.5.2.2. Cópia do contrato ou estatuto social da licitante quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigentes ou assemelhados, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

Parágrafo único. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda juntada cópia do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

5.5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

5.5.4. Os documentos suprarreferidos poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada (por cartório competente ou servidor da administração) e serão retidos para oportuna juntada aos autos do competente processo administrativo.

5.6. Quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

5.6.1. Apresentar **Certidão simplificada**, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta comercial da sede do licitante, exclusivamente **às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios** concedidos pela Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

5.7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.7.1. **Poderão participar** desta licitação as empresas que:

- I – Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;
- II – Atendam todas as exigências deste edital;
- III – Estejam em recuperação judicial.

5.7.2. **Será vedada** a participação de empresas:

5.7.2.1. Declaradas inidôneas por decisão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5.7.2.2. Declaradas impedidas e/ou suspensas para licitar e/ou contratar com o poder público municipal de Pouso Alegre/MG;

5.7.2.3. Que estejam em processo de falência.

5.7.2.4. Das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Pouso Alegre, bem como seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

5.7.2.5. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Tomada de Preços.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1. Para a regular habilitação da empresa participante, deverá constar no interior do **ENVELOPE N.º 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, uma via de cada um dos

documentos abaixo elencados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica **autenticada** por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal de Pouso Alegre ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, desde que perfeitamente legíveis.

6.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo** e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.1.1. Cópia do **Certificado de Registro Cadastral – CRC** da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, dentro do prazo de sua validade.

6.1.1.2. **A apresentação de cópia do contrato ou estatuto social pela licitante no credenciamento dispensa a mesma de anexá-los junto aos documentos de habilitação jurídica.**

6.1.2. Da Regularidade Fiscal:

6.1.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

6.1.2.2. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

6.1.2.1.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade.

6.1.2.1.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

6.1.2.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

6.1.2.1.6. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Fornecimento – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

6.1.2.1.7. Prova da regularidade dos **Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

6.1.2.1.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

6.1.2.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.1.2.8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.1.2.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se então a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, nos termos do art. 64º, § 2º, da Lei nº. 8.666/93.

6.1.3. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

6.1.3.1. Prova de registro ou inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto à entidade profissional competente a que estiverem vinculados (CREA ou CAU).

6.1.3.2. A equipe técnica mínima deverá contar com:

a) Responsável Técnico, de formação superior em Engenharia Elétrica ou de competência legal de exercício das atividades deste Contrato, o qual se responsabilizará pela coordenação da Equipe Técnica e dos trabalhos; será exigido o registro no CREA;

b) Técnico de Segurança do Trabalho para o acompanhamento das atividades e realização de integração, DDS e demais procedimentos normativos de Segurança do Trabalho.

6.1.3.3. A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante poderá ser feito por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

6.1.3.4. A capacitação exigida da equipe técnica deverá ser comprovada por meio de certificados ou diplomas.

6.1.3.5. Nos termos do art. 30, §10º, da Lei 8.666/1993, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

6.1.3.6. A comprovação da **capacidade técnico-operacional** será admitida por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou obra(s) ou serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es)

ao objeto licitado.

6.1.3.7. A comprovação de **capacidade técnico-profissional** deverá ocorrer por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado;

6.1.3.8. As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

6.1.3.9. Os atestados ou certidões que não atenderem a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitações.

6.1.3.10. Justificam-se as exigências de qualificação técnica, uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

6.1.3.11. A licitante, caso queira, poderá realizar visita técnica, devendo juntar aos documentos de habilitação o atestado da visita realizada. Caso não realize visita técnica, deverá juntar aos documentos de habilitação Declaração de Conhecimento de Área, conforme modelos disponibilizados no edital.

6.1.3.12. Recomenda-se que as licitantes conheçam com antecedência o local da obra para que, ao fazer a visita técnica, levante todas as interferências existentes para escorreita formulação das propostas e perfeita execução dos serviços pretendidos pelo Contratante.

6.1.3.13. A ausência de realização de visita técnica implicará na presunção de conhecimento das condições dos serviços, de sorte que alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto licitado não serão consideradas como argumentos válidos para reclamações futuras, nem tampouco desobrigam a sua execução.

6.1.3.14. As visitas poderão ser realizadas, até 02 (dois) dias anteriores, à data para sessão de abertura dos envelopes de habilitação e propostas, podendo ser agendadas em até 5 (cinco) dias anteriores à data de abertura da sessão pública, junto a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, junto ao engenheiro fiscal.

6.1.4. **Da Documentação Econômico-Financeira:**

6.1.4.1. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

6.1.4.1.1. **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública desta **Tomada de Preços**, se outro prazo não constar do documento.

6.1.4.1.2. Empresas em recuperação judicial deverão apresentar um dos seguintes documentos:

a) Apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93; ou

b) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

6.1.4.1.3. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da

empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.1.4.1.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

6.1.4.1.5. Serão considerados “na forma da lei”, dentre outros, o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados: a) publicados em Diário Oficial; ou b) publicados em Jornal; ou c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou junto aos Ofícios de Registros local do Comércio (cartórios) delegados para esse fim; ou d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou junto aos Ofícios de Registro local do Comércio (cartórios) delegados para esse fim, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou e) escrituração contábil digital, conforme Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017.

6.1.4.1.6. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.1.4.1.7. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

6.1.4.1.8. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitações reserva-se o direito de efetuar os cálculos ou encaminhá-los ao setor de contabilidade para que os façam.

6.1.4.1.9. Se necessária, a atualização do balanço e do patrimônio líquido deverão ser apresentados juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

6.1.4.1.10. Todas as licitantes deverão apresentar os documentos específicos para a participação nesta Tomada de Preços, devendo ser entregues numerados, de preferência sequencialmente e na ordem deste edital, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes:

6.1.4.1.11. A licitante que apresentar em qualquer dos índices acima indicados (LG, SG e LC) **valor igual ou inferior a um**, deverá comprovar que possui capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

6.1.5. Das declarações:

6.1.5.1. Declaração expressa de que não há **fato impeditivo** para participação nesta licitação.

6.1.5.2. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que **não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos**, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo III, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.1.5.3. Declaração da licitante assinada por seu representante legal, informando que os sócios, acionistas e administradores, detentores do controle da licitante, **não possuem**

nenhum vínculo direto ou indireto com o Município de Pouso Alegre, com o Prefeito Municipal, com os Secretários Municipais, Superintendentes, Diretores, Gerentes ou qualquer funcionário desta Municipalidade, de acordo com o determinado no art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.1.6. Os documentos exigidos, sempre que possível, deverão ser apresentados de forma ordenada em conformidade com o edital.

6.1.7. Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém o seu estabelecimento matriz.

7 - DO CADASTRO

7.1. Serão admitidas a participar nesta licitação apenas as empresas **previamente CADASTRADAS** junto à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG.

7.2. As empresas **não cadastradas** nesta Prefeitura e que desejarem participar desta licitação, deverão providenciar a inscrição junto ao Cadastro de Fornecedor, na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, localizada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, no Município de Pouso Alegre, das 08h00min às 18h00min, em até **72 horas antes da data de abertura dos envelopes**, conforme relação de documento e demais informações constantes do Chamamento Público nº 36/2019.

8 - DA PROPOSTA

8.1. As proponentes deverão apresentar a sua **PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE N.º 02**, em envelope lacrado, não transparente e indevassável, indicando a modalidade da licitação (Tomada de Preços), o seu número de ordem, data e horário de sua abertura.

8.2. A Proposta Comercial deverá ser elaborada em língua portuguesa, com linguagem clara, em única via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo

responsável da empresa na última folha e rubricada nas demais, com os seguintes elementos:

8.2.1. Proposta comercial utilizando-se de duas casas decimais (0,00), sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal, conforme modelo previsto no ANEXO VI;

8.2.2. Planilha com quantitativos e respectivos preços unitários, totais, parciais e global da prestação dos serviços ora licitados, com todas as folhas rubricadas pelo responsável legal da proponente.

8.2.3. Cronograma físico-financeiro do serviço e composição de BDI;

8.2.4. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos da data de sua apresentação;

8.2.5. Data, carimbo e assinatura da proponente;

8.3. A Comissão **recomenda** às proponentes que façam constar em suas propostas, nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar o Termo de Contrato com o Município de Pouso Alegre, bem como os respectivos dados bancários para pagamento.

8.4. As licitantes deverão propor preços para todos os itens relacionados na planilha de orçamento anexa, finalizando com o total geral.

8.5. Nos casos em que a Comissão de Licitações constate a existência de erros numéricos na proposta e/ou na planilha apresentada pela licitante, serão procedidas às correções necessárias, para apuração do preço total, obedecidas as seguintes disposições:

8.6. Havendo divergência entre o total registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

8.7. Havendo divergência entre o valor da proposta e o valor registrado na planilha de orçamento, prevalecerá este último.

8.8. Havendo divergência entre o valor total e a somatória dos valores parciais, a comissão procederá à correção do valor total, mantidos os valores parciais.

8.9. Havendo divergência entre os preços unitários e os valores parciais, a comissão procederá à correção dos valores parciais mantidos os preços unitários.

8.10. Erros no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, conforme jurisprudência do TCU.

8.11. **As composições de custos unitários e o detalhamento do BDI devem constar das propostas das licitantes e não podem ser indicada mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.**

8.12. Nos termos do art. 619 do Código Civil, o empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, a não ser que estas resultem de instruções escritas do dono da obra.

9 - DO ATO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

9.1. A abertura dos envelopes contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** - N.º 01 e das **PROPOSTAS COMERCIAIS** - N.º 02, dar-se-á no dia e no local indicado no preâmbulo do presente ato convocatório.

9.2. Decorrida a hora marcada para apresentação dos envelopes Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais, não mais serão aceitos envelopes, nem mesmo adendos aos já entregues.

9.3. Aos interessados em participar dos trabalhos de abertura dos envelopes, representando as proponentes, será exigido o credenciamento a ser elaborado nos moldes indicados acima.

9.4. As **credenciais** deverão ser exibidas pelos representantes das empresas licitantes **antes do início** da abertura dos envelopes, ficando estas retidas e juntadas aos autos.

9.5. Caso o participante seja proprietário/sócio da proponente deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

9.6. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará ou desclassificará a proponente, mas impedirá o representante de manifestar-se ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

9.7. Na primeira fase, na presença dos representantes credenciados das proponentes serão examinados os documentos constantes do Envelope n.º 01 – Documentos de Habilitação que, depois de analisados pela Comissão de Licitações, concluir-se-á pela habilitação ou inabilitação das empresas, consignando-se em ata própria. Os representantes credenciados das proponentes presentes ao ato poderão manifestar-se em ata, podendo ser, neste caso, suspensos os trabalhos, contando-se a partir deste ato o prazo para interposição de recurso disciplinado nos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.8. Sendo oferecido recurso na primeira fase, será fixada, posteriormente, pela Comissão de Licitações, a data para abertura do **ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA**, compatível com o julgamento do mesmo, dando-se ciência por meio de publicação.

9.9. O envelope contendo a proposta das empresas inabilitadas será devolvido aos representantes credenciados quando presentes ao ato. Nos demais casos serão devolvidos às empresas.

9.10. Na segunda fase, satisfeitos os requisitos da primeira sem que tenha havido recurso com manifestação expressa de desistência em ata ou julgamento dos recursos administrativos ofertados, serão abertos os **ENVELOPES N.º 02 - PROPOSTA** das proponentes habilitadas e, a seguir, rubricadas por todos os presentes.

9.11. Finalmente será concluída a ata de sessão pública que deverá ser assinada por todos os licitantes presentes.

9.12. Quando todas as proponentes forem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão de Licitações poderá fixar aos proponentes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua inabilitação ou desclassificação.

9.13. A proposta vencedora será aquela que apresentar pelo regime de empreitada por preço global, o **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do inciso I, do artigo 45 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

9.14. Serão eliminadas as Propostas Comerciais que:

9.14.1. Cujos preços sejam superiores aos fixados no instrumento convocatório;

9.14.2. Não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.14.3. Sejam omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, omitirem qualquer elemento solicitado;

9.14.4. Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

9.14.5. Com preços manifestamente inexequíveis;

9.14.5.1. Para efeito do disposto no subitem 9.14.5, consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.15. As normas deste edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências meramente formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

9.16. A Comissão de Licitações não levará em conta qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes.

9.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei n.º 8.666/93, e o direito de preferência das Empresas EPP e ME, a classificação se fará por sorteio entre as proponentes em condições de igualdade, na presença dos interessados.

9.18. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

9.18.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **10 % (dez por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.

9.18.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

9.18.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a solicitação da Presidente da Comissão de Licitações, sob pena de preclusão.

9.18.3. Na hipótese da não contratação nos termos da Lei Federal n.º 123/06, o objeto será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora.

9.19. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) habilitada(s) e classificada(s) será(ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

9.20. É facultado à Administração Municipal de Pouso Alegre, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

9.21. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Licitações até a efetiva formalização da contratação.

10 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. O Município de Pouso Alegre/MG, em qualquer etapa do procedimento licitatório, bem como durante a execução contratual, no interesse do serviço público e observadas as hipóteses de conveniência e oportunidade administrativa, diligenciará perante os demais fornecedores e prestadores de serviço do Município e Região, coletando orçamentos, tabelas de preços e demais procedimentos ao seu alcance, com a finalidade de cotejar a aceitabilidade dos preços ofertados, adotando as providências legais cabíveis para a desclassificação das Propostas Comerciais.

10.2. A CPL poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Pouso Alegre ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele para orientar sua decisão.

10.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

10.5. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será através de medições mensais, devidamente atestadas pelos Fiscais das Obras e do Contrato, e em conformidade com IN 09/2003 – TCE-MG, devendo ser acompanhada da seguinte documentação:

11.1.1. BOLETIM DE MEDIÇÃO;

11.1.2. MEMÓRIAS DE CÁLCULO – quando necessário;

11.1.3. DIÁRIO DE OBRAS;

11.1.4. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO INDICANDO OS SERVIÇOS REALIZADOS;

11.2. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da Nota Fiscal emitida após a fiscalização atestar as medições.

11.3. Se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até que a regularização das mesmas.

11.4. Os valores atestados e devidamente aprovadas pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, terão como base os valores correspondentes às etapas e fases lançadas no Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentaria desta licitação.

11.5. A emissão da Nota Fiscal será autorizada somente após conferência da documentação por parte da Fiscalização do Contrato.

11.6. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores

correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

11.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12 - DO REAJUSTE

12.1. A revisão dos preços é admitida em caráter excepcional, desde que ocorridos os requisitos constantes do art. 65 da Lei 8.666/93.

12.2. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

12.3. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

12.4. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

12.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

12.6. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

12.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

12.8. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

12.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

12.10. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

12.11. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

12.12. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

12.13. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

12.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

12.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12.16. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

12.17. O novo preço só terá validade a partir do parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento dos serviços por ventura prestados entre a data do pedido de adequação e a data do deferimento, retroagindo o preço à data do pedido de adequação formulado pela **contratada**, caso faça jus ao referido pleito.

12.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

12.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

12.20. Durante a vigência do contrato, o valor global será mantido pela contratada.

13. DAS OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

13.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de fiscal, com base nas atividades previstas na Ordem de Serviço. O fiscal deverá conferir as medições de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado, parte do processo licitatório. As medições serão efetuadas por percentual de item concluído.

13.2. Reunir-se com a **CONTRATADA**, sempre que por esta solicitado, a fim de definir metas e/ou sanar dúvidas decorrentes da execução dos serviços;

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que solicitados pela **CONTRATADA**, bem como disponibilizar os documentos que se fizerem necessários à prestação dos serviços.

13.4. Comunicar imediatamente e por escrito à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades constatadas na prestação de serviços, fixando prazos para adequação.

13.5. Proporcionar, no âmbito de sua competência, as facilidades necessárias para que a **CONTRATADA** desempenhe seus serviços conforme as normas constantes em contrato.

13.6. Assegurar acesso de pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** às suas instalações, impedindo que pessoas não credenciadas intervenham no andamento dos serviços.

13.7. Efetuar o pagamento na forma convencionada, por meio de notas fiscais/faturas discriminativas dos serviços executados, devidamente atestadas pelos fiscais técnicos e do contrato.

14 - DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

14.1. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste edital e do Projeto Básico, em total conformidade com as descrições técnicas do edital, seus anexos e normas técnicas vigentes;

14.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.3. Indicar, no ato de sua assinatura do Contrato, para representá-la durante a execução dos serviços, profissional com graduação completa em Engenharia Elétrica ou afins, devidamente registra no Conselho de Classe, indicação sujeita à anuência da Contratante;

14.4. Executar, diretamente, objeto desta licitação, não podendo subcontratar, ceder ou sublocar, exceto, mediante pedido escrito e prévia anuência da Secretaria de Trânsito e Transportes, atividades de execução que não se incluam sua especialização, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por garantir a efetiva execução e perfeição técnica;

14.5. Solicitar à Contratante, de forma oficial, reuniões periódicas para definição de metas e/ou sanar dúvidas decorrentes dos serviços;

14.6. Zelar pela boa qualidade dos serviços prestados, pelo comportamento dos funcionários, além de receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

14.7. Obter, quando necessário, as licenças prévias e de instalação relativas aos serviços, junto aos órgãos de aviação e de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos;

14.8. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados;

14.9. Manter o Relatório de Serviços no local de execução do serviço contratado, durante todo o período de execução, sempre à disposição da CONTRATANTE;

14.10. Registrar no Relatório de Serviços, com justificativa, todo atraso ocorrido na execução, mantendo os registros atualizados e disponíveis à fiscalização pela CONTRATANTE;

14.11. Informar formal e tempestivamente à CONTRATANTE, mantendo anotados no RELATÓRIO DE SERVIÇOS, disponível à Fiscalização, os motivos ou razões impeditivos da execução do serviço, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, para as quais a CONTRATADA não tenha contribuído, dentre os quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços;

14.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material(is) empregado(s) realizando as necessárias substituições no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da detecção e conhecimento dos mesmos pela Fiscalização;

14.13. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

14.14. Fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor (EPI e EPC), além dos que forem solicitados pela fiscalização, em compatibilidade com o serviço executado;

14.15. Fornecer todo material, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução;

14.16. Manter sinalizados, de acordo com as normas vigentes (trânsito, obras, segurança, etc), os locais onde serão realizados os serviços, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores e da população em geral;

14.17. Manter identificados os caminhões e demais maquinários, afixando, em ambas as laterais da carroceria, placas identificadoras com os dizeres A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG;

14.18. Responsabilizar-se por toda a execução dos serviços e obras, pela segurança e estabilidade dos serviços que realizar, inclusive pela boa qualidade e rigor técnico dos mesmos;

14.19. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

14.20. Concluir, completa e satisfatoriamente o objeto desta Licitação, assumindo toda e qualquer responsabilidade técnica sobre a execução dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;

14.21. Garantir que, após a conclusão dos serviços, a pista de pousos e decolagens e seu entorno estejam completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando-se a livre circulação de aeronaves, veículos e pessoas;

14.22. Realizar, quando solicitado pela fiscalização, testes de qualidade, resistência ou qualquer outro julgado necessário, em local a ser indicado, para garantir a perfeita execução do objeto e cumprir com o proposto.

14.23. Entregar à CONTRATANTE, quando da conclusão dos serviços, o "as built", com todas as informações e detalhes atualizados de todas as alterações e modificações, previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, ocorridas durante a execução do serviço, sob pena de não ter aprovada sua última medição. O "as built" deverá ser entregue impresso e em mídia digital, com arquivos no formato padrão para cada software utilizado (AutoCAD, Microsoft Excel, Adobe PDF ou similares compatíveis).

14.24. Apresentar sempre de modo oficial (ofício em papel timbrado) as ações que serão tomadas, dúvidas, procedimentos e solicitações. Havendo complexidade ou outro fator relevante, o assunto deverá ser discutido em reunião com a CONTRATANTE.

14.25. Garantir a aplicação das Normas Regulamentadoras (NR) e seus anexos que definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e da população em geral, além de estabelecer requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho na utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

14.26. Prestar imediato socorro a vítimas, em caso de acidente, paralisar imediatamente as atividades de execução nas suas imediações, a fim de evitar a mudanças das circunstâncias relacionadas ao acidente, e solicitar o comparecimento da Fiscalização no local da ocorrência, relatando o fato.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

15.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

15.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento/serviços, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública da Tomada de

Preços ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

15.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II - Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV - Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

V - Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s)

vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

15.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

15.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

16 - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

16.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, as quantidades de que trata o anexo das planilhas de custos e quantitativos, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

16.2. Estas alterações serão efetuadas através de Termo de Alteração, após apresentação de novas propostas por parte da proponente vencedora, observando-se que as obras e os serviços acrescidos ou suprimidos e que constem na proposta inicial serão acertados pelo valor da mesma, ou seja, se acrescidos, pagos pelo valor da proposta e se suprimidos, diminuídos do valor do futuro contrato.

17 – DA SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO

17.1. O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela Contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência do gestor do contrato, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

a) A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE;

b) Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, o futuro contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a) falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do futuro contrato, por parte da proponente vencedora;

c) a subcontratação ou cessão do futuro contrato, sem autorização do Município de Pouso Alegre/MG;

d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à proponente vencedora;

e) descumprimento, pela proponente vencedora, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre MG;

f) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93.

18.2. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá também rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "f" do subitem 18.1, por mútuo acordo.

18.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "f" do subitem 18.1, a proponente vencedora sujeitar-se-á a multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Pouso Alegre/MG, as obras/serviços efetuados, podendo o Município de Pouso Alegre MG, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a proponente vencedora seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Pouso Alegre, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

18.4. No interesse da administração pública, desde que justificado, a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá rescindir o futuro contrato.

19 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O recebimento dos serviços executados pela **CONTRATADA** será efetivado em duas etapas sucessivas:

19.2. Recebimento provisório:

19.2.1. O Recebimento Provisório será efetivado após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

19.2.2. Nesta etapa, a **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos catálogos, folhetos

e manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes pertinentes ao objeto dos serviços e obras, inclusive certificados de garantia;

19.2.3. Após a vistoria, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, estabelecendo-se **prazo para a execução dos ajustes**;

19.3. Recebimento definitivo

19.3.1. Nesta etapa, o Recebimento Definitivo será realizado após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante nova vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

19.3.2. O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

19.3.3. Na entrega formal do serviço, a **CONTRATADA** entregará uma coleção documental, compreendendo uma via de cada projeto da edificação, devidamente atualizada, em consequência de eventuais modificações ocorridas durante a execução.

20 – FISCALIZACAO DO CONTRATO E FISCALIZACÃO DO SERVICO

20.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993;

20.2. A **CONTRATANTE** designa como Fiscal o servidor **MARCIO ELI BARBOSA JÚNIOR**, matrícula 21.403 e, como suplente, a servidora **CAMILA MUNIZ BAPTISTA**, matrícula 20.393;

20.3. A Fiscalização deve inspecionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto e seus anexos, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato, inclusive as pertinentes aos encargos complementares de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato;

20.4. O fiscal da CONTRATANTE deverá registrar no RELATÓRIO DE SERVIÇOS as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993;

20.5. As atividades de gestão contratual e fiscalização do serviço serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato;

20.6. Durante a execução do objeto, a Fiscalização deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços, a fim de evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer da CONTRATADA a correção de faltas, falhas e irregularidades constatadas.

20.7. Poderá haver o redimensionamento do pagamento com base nos serviços comprovadamente executados e sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.8. Em nenhuma hipótese será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

20.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador e desde que não diminua a qualidade final esperada;

20.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação às especificações técnicas, além das glosas, devem ser aplicadas as sanções administrativas à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

20.11. A Fiscalização poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

20.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a CONTRATADA mantendo com o estabelecido neste edital e no Projeto Básico e seus anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso ou execução;

20.13. A Fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, oficial os órgãos responsáveis de fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

20.14. A Fiscalização deverá exigir o RELATÓRIO DE SERVIÇOS como informativo diário da execução dos serviços contratados;

20.15. A Fiscalização deve manter arquivo atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo projetos, caderno de encargos, especificações técnicas de materiais e serviços, orçamentos, documentos da licitação (edital, proposta e respectiva planilha orçamentária e relatório final da licitação), contrato, medições, relatórios fotográficos, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, pagamentos, caderneta ou livro de ocorrências,

correspondências, relatórios, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras, Projeto como Construído (As Built), termos de recebimento provisório e definitivo e devolução de cauções e outros pertinentes ao acompanhamento da execução contratual;

Cumpre, ainda, à Fiscalização da CONTRANTE:

20.16. Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de obras de serviço apresentados pela CONTRATADA antes do início dos trabalhos;

20.17. Analisar a conformidade da execução, o Gerenciamento de Resíduo Sólidos da Construção Civil, com os requisitos exigidos pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002 e, demais normas e Leis que regulamentam o Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

20.18. Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado, dos serviços e obras, quando apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;

20.19. Obter da CONTRATADA o Manual de Qualidade, quando for o caso, contendo o sistema de Gestão de Qualidade e verificar a sua efetiva utilização;

20.20. Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;

20.21. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

20.22. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da

CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;

20.23. Promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de obras, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

20.24. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

20.25. Realizar inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das Medidas de Segurança no Trabalho, o estado de Conservação dos Equipamentos de Proteção Individual e dos dispositivos de Proteção de Máquinas e Ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas Normas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

20.26. Aprovar partes, etapas ou a totalidade conforme os serviços executados;

20.27. Verificar e atestar as respectivas medições dos serviços comprovadamente executados, que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico, Relatório de Serviços e pelas respectivas memórias de cálculo;

20.28. Determinar a paralisação e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

20.29. Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;

20.30. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;

20.31. Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela CONTRATADA e admitida no caderno de encargos e/ou especificações técnicas dos materiais e serviços, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos e/ou especificações técnicas;

20.32. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

20.33. Solicitar, formalmente, a CONTRATADA, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica fundamentada a modo de formar juízo de valor desses eventos para poder encaminhar a documentação necessária, em tempo hábil, para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;

20.34. Solicitar a instância superior, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes, nas decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

20.35. Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela CONTRATADA, mediante parecer técnico fundamentado e com anotação no Relatório de Serviços;

20.36. Verificar e aprovar os desenhos “As Built” elaborados pela CONTRATADA, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras comprovadamente executados;

20.37. Receber, provisoriamente, a obra ou serviço, se todos os serviços foram executados em conformidade, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

20.38. Exigir o RELATÓRIO DE SERVIÇOS com páginas numeradas em 03 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: andamento, aprovação e conclusão de serviços e

etapas construtivas, solicitações de revisão ou modificações de projeto, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e CONTRATANTE;

20.39. A presença da Fiscalização não exime a Responsabilidade Técnica da CONTRATADA. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras;

20.40. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

21 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1 O serviço contratado será executado no Aeroporto de Pouso Alegre/MG, localizado à Avenida João Batista Pifer, no Bairro Jardim Aeroporto, conforme previsto no Projeto Executivo e demais documentos anexos ao Projeto Básico e no Edital de Licitações.

22 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

22.1. Antecedendo ao início da execução dos serviços, em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, será obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (**ART**) ou Registro de Responsabilidade Técnica (**RRT**) junto ao órgão competente - CREA ou CAU - nos termos instituídos na Lei nº 6.496/1977, cumprindo-se todas as determinações legais pertinentes;

22.2. Os serviços deverão obedecer às legislações e normas aplicáveis. Não havendo normas específicas obrigatoriamente aplicáveis, emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), poderão ser adotadas outras normas, previamente acordadas, desde que garantam a eficácia do serviço prestado. Na total ausência ou omissão, as normas internacionais poderão ser aplicáveis;

22.3. O não atendimento às legislações e normas é considerado prática de infração, caracterizada por colocar no mercado produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

22.4. Deverão ser rigorosamente observadas as planilhas orçamentárias, cronograma físico- financeiro, projetos executivos, memorial descritivo (relatório técnico) e demais documentos anexos a este Edital de Licitações e no Projeto Básico;

22.5. A **CONTRATADA** deverá elaborar **RELATÓRIO DE SERVIÇOS**, que será parte integrante do processo de pagamento e controle dos serviços executados;

22.6. Quaisquer tributos, despesas diretas ou indiretas incidentes sobre a execução do serviço, se omitidos na proposta, serão interpretados como já incluídos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos após a abertura da mesma.

23 - DOS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

23.1. Dos Recursos Administrativos:

23.1.1. Dos atos administrativos praticados na presente licitação, serão admitidos os recursos disciplinados nos termos do artigo 109 e seguintes, da Lei Federal 8.666/93, observados os procedimentos lá estabelecidos.

23.1.2. O recurso contra a decisão do(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o(a) Presidente(a) da Comissão Permanente de Licitações puder decidir de plano.

23.1.3. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente e/ou intimação.

23.1.4. No prazo das razões e contrarrazões, fica assegurada vista dos autos na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais.

23.1.5. As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

23.1.5.1. Ser dirigidas a Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, aos cuidados Presidente da Comissão Permanente de Licitações no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

23.1.5.2. Ser encaminhadas para o endereço eletrônico editaispmpa@gmail.com, **com assinatura digital (via token ou certificado digital)**, ou ser protocolizadas na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

23.1.6. A Presidente da Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

23.1.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.1.8. O recurso será apreciado pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

23.1.9. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no sítio da internet deste Município.

23.1.10. 17.10. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

23.2. Da Anulação e Revogação:

23.2.1. A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, observadas as situações de oportunidade e conveniências administrativas, sem que por tais atos o Município de Pouso Alegre/MG, venha responder por quaisquer indenizações ou compensações a que título for.

23.3. As dúvidas surgidas neste edital serão interpretadas de acordo com a Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e posteriores alterações e, na omissão desta, pela Comissão de Licitações.

23.4. A Comissão de Licitação poderá solicitar a qualquer proponente, informações ou esclarecimentos complementares ou permitir a regularização de falhas meramente formais dos documentos, desde que as mesmas não alterem ou modifiquem o conteúdo de tais documentos e sejam apresentadas no prazo que a Comissão estipular.

24 - DOS ANEXOS

24.1. Constituem-se como anexos do presente edital, os documentos abaixo listados fazendo parte integrante como se transcritos fossem:

ANEXO I - MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II - PROJETO BÁSICO

ANEXO III - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO V - MODELO – DECLARAÇÃO (ART. 27, INCISO V)

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VIII - TERMO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE ÁREA

ANEXO X - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

**ANEXO XI - MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

**ANEXO XII - MODELO – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO
COM SERVIDOR PÚBLICO**

**ANEXO XIII – MODELO - MODELO DE RENUNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE
RECURSO**

24.2. A planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e os projetos **poderão ser obtidos e consultados por meio do site oficial:** <http://www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao.asp>, ou no e-mail: editaismpma@gmail.com. O edital e demais anexos também podem ser consultados na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, situada na Rua dos Carijós, 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre/MG.

25- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Quaisquer esclarecimentos sobre este Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, sediado na Rua dos Carijós, n.º 45 – centro, Pouso Alegre, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 17h00min horas, pelo e-mail editaismpma@gmail.com, ou ainda pelo telefone: (35) 3449-4023.

25.2. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

25.3. O presente certame licitatório poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

25.4. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência do contrato todas as condições de habilitação.

25.4.5. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

25.6. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, no Município de Pouso Alegre/MG, CEP 37550-050.

25.7. Com base no art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, são facultadas ao(a) Senhor(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.8. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações com a assistência de sua equipe de apoio.

25.9. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

Pouso Alegre/MG, 20 de Outubro de 2020.

Vanessa Moraes Skielka Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I
MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE
REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante ou com aposição de carimbo)

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **CRENCIA** o Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG. n.º e inscrito no CPF/MF sob o n.º, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na **TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020**, em especial para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020**.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

ANEXO II

PROJETO BÁSICO

1 DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).

1.1 Das especificações técnicas do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Serviço de instalação, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra, do sistema de balizamento luminoso da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Regional de Pouso Alegre MG.	Serviço	01

1.2 O serviço deverá ser executado conforme planilha orçamentária, cronograma físico- financeiro, relatório técnico, projeto(s) e demais documentos anexos a este Projeto Básico.

2 DOS PRAZOS

2.1 O **prazo de vigência do contrato** será de **12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, desde que ocorra algum dos motivos listados no citado dispositivo legal;

2.2 A **Ordem de Serviço** para execução será emitida pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em **até 10(dez) dias úteis** após a publicação do contrato assinado;

2.3 O **início da execução dos serviços** deverá ocorrer em **até 15 dias úteis** a partir do recebimento da **Ordem de Serviço** pela **CONTRATADA**;

2.4 O **prazo de execução dos serviços** será de **90 (noventa) dias corridos**, conforme previsto no **Cronograma Físico-Financeiro** anexo a este Projeto Básico. Em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada submetida à análise e aprovação da Contratante, este prazo poderá ser prorrogado por igual período, limitado ao prazo de

vigência do contrato;

2.5 Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, além das disposições contidas no Código Civil Brasileiro. Todo atraso deverá ser registrado no **Relatório de Serviços** previsto no item 3.5, com devida justificativa.

2.6 Face ao disposto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, as quantidades de que trata o anexo da planilha de custos e quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

2.7 Em caráter excepcional e na necessidade de determinação de prazo não previsto no Projeto Básico e/ou Edital, em decorrência de eventualidade surgida durante a execução do serviço e/ou contrato, este será determinado pela **CONTRATANTE**.

3 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 Antecedendo ao início da execução dos serviços, em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, será obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (**ART**) ou Registro de Responsabilidade Técnica (**RRT**) junto ao órgão competente - CREA ou CAU - nos termos instituídos na Lei nº 6.496/1977, cumprindo-se todas as determinações legais pertinentes;

3.2 Os serviços deverão obedecer às legislações e normas aplicáveis. Não havendo normas específicas obrigatoriamente aplicáveis, emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), poderão ser adotadas outras normas, previamente acordadas, desde que garantam a eficácia do serviço prestado. Na total ausência ou omissão, as normas internacionais poderão ser aplicáveis;

3.3 O não atendimento às legislações e normas é considerado prática de infração, caracterizada por colocar no mercado produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

3.4 Deverão ser rigorosamente observadas as planilhas orçamentárias, cronograma físico- financeiro, projetos executivos, memorial descritivo (relatório técnico) e demais documentos anexos a este Projeto Básico e no Edital de Licitações;

3.5 A **CONTRATADA** deverá elaborar **RELATÓRIO DE SERVIÇOS**, que será parte integrante do processo de pagamento e controle dos serviços executados;

3.6 Quaisquer tributos, despesas diretas ou indiretas incidentes sobre a execução do serviço, se omitidos na proposta, serão interpretados como já incluídos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos após a abertura da mesma.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste Projeto Básico, em total conformidade com as descrições técnicas do edital, seus anexos e normas técnicas vigentes;

4.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3 Indicar, no ato de sua assinatura do Contrato, para representá-la durante a execução dos serviços, profissional com graduação completa em Engenharia Elétrica ou afins, devidamente registra no Conselho de Classe, indicação sujeita à anuência da Contratante;

4.4 Executar, diretamente, objeto desta licitação, não podendo subcontratar, ceder ou sublocar, exceto, mediante pedido escrito e prévia anuência da Secretaria de Trânsito e Transportes, atividades de execução que não se incluam sua especialização, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA** por garantir a efetiva execução e perfeição técnica;

4.5 Solicitar à Contratante, de forma oficial, reuniões periódicas para definição de metas e/ou sanar dúvidas decorrentes dos serviços;

4.6 Zelar pela boa qualidade dos serviços prestados, pelo comportamento dos funcionários, além de receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

4.7 Obter, quando necessário, as licenças prévias e de instalação relativas aos serviços, junto aos órgãos de aviação e de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos;

4.8 Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados;

4.9 Manter o **Relatório de Serviços** no local de execução do serviço contratado, durante todo o período de execução, sempre à disposição da **CONTRATANTE**;

4.10 Registrar no **Relatório de Serviços**, com justificativa, todo atraso ocorrido na execução, mantendo os registros atualizados e disponíveis à fiscalização pela **CONTRATANTE**;

4.11 Informar formal e tempestivamente à **CONTRATANTE**, mantendo anotados no **RELATÓRIO DE SERVIÇOS**, disponível à Fiscalização, os motivos ou razões impeditivos da execução do serviço, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, para as quais a **CONTRATADA** não tenha contribuído, dentre os quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços;

4.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material(is) empregado(s) realizando as necessárias substituições no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da detecção e conhecimento dos mesmos pela Fiscalização;

4.13 Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**;

4.14 Fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor (EPI e EPC), além dos que forem solicitados pela fiscalização, em compatibilidade com o serviço executado;

4.15 Fornecer todo material, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução;

4.16 Manter sinalizados, de acordo com as normas vigentes (trânsito, obras, segurança, etc), os locais onde serão realizados os serviços, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores e da população em geral;

4.17 Manter identificados os caminhões e demais maquinários, afixando, em ambas as laterais da carroceria, placas identificadoras com os dizeres *A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG*;

4.18 Responsabilizar-se por toda a execução dos serviços e obras, pela segurança e estabilidade dos serviços que realizar, inclusive pela boa qualidade e rigor técnico dos mesmos;

4.19 Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu

nome agir;

4.20 Concluir, completa e satisfatoriamente o objeto desta Licitação, assumindo toda e qualquer responsabilidade técnica sobre a execução dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;

4.21 Garantir que, após a conclusão dos serviços, a pista de pousos e decolagens e seu entorno estejam completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando-se a livre circulação de aeronaves, veículos e pessoas;

4.22 Realizar, quando solicitado pela fiscalização, testes de qualidade, resistência ou qualquer outro julgado necessário, em local a ser indicado, para garantir a perfeita execução do objeto e cumprir com o proposto.

4.23 Entregar à **CONTRATANTE**, quando da conclusão dos serviços, o "*as built*", com todas as informações e detalhes atualizados de todas as alterações e modificações, previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, ocorridas durante a execução do serviço, sob pena de não ter aprovada sua última medição. O "*as built*" deverá ser entregue impresso e em mídia digital, com arquivos no formato padrão para cada software utilizado (AutoCAD, Microsoft Excel, Adobe PDF ou similares compatíveis).

4.24 Apresentar sempre de modo oficial (ofício em papel timbrado) as ações que serão tomadas, dúvidas, procedimentos e solicitações. Havendo complexidade ou outro fator relevante, o assunto deverá ser discutido em reunião com a **CONTRATANTE**.

4.25 Garantir a aplicação das Normas Regulamentadoras (NR) e seus anexos que definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e da população em geral, além de estabelecer requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho na utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

4.26 Prestar imediato socorro a vítimas, em caso de acidente, paralisar imediatamente as atividades de execução nas suas imediações, a fim de evitar a mudanças das circunstâncias relacionadas ao acidente, e solicitar o comparecimento da Fiscalização no local da ocorrência, relatando o fato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de fiscal, com base nas atividades previstas na Ordem de Serviço. O fiscal deverá conferir as medições de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado, parte do processo licitatório. As medições serão efetuadas por percentual de item concluído.

5.2 Reunir-se com a **CONTRATADA**, sempre que por esta solicitado, a fim de definir metas e/ou sanar dúvidas decorrentes da execução dos serviços;

5.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que solicitados pela **CONTRATADA**, bem como disponibilizar os documentos que se fizerem necessários à prestação dos serviços.

5.4 Comunicar imediatamente e por escrito à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades constatadas na prestação de serviços, fixando prazos para adequação.

5.5 Proporcionar, no âmbito de sua competência, as facilidades necessárias para que a **CONTRATADA** desempenhe seus serviços conforme as normas constantes em contrato.

5.6 Assegurar acesso de pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** às suas instalações, impedindo que pessoas não credenciadas intervenham no andamento dos serviços.

5.7 Efetuar o pagamento na forma convencionada, por meio de notas fiscais/faturas discriminativas dos serviços executados, devidamente atestadas pelos fiscais técnicos e do contrato.

6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Prova de registro ou inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto à entidade profissional competente a que estiverem vinculados (CREA ou CAU).

6.2 A equipe técnica mínima deverá contar com:

c) Responsável Técnico, de formação superior em Engenharia Elétrica ou de competência legal de exercício das atividades deste Contrato, o qual se responsabilizará pela coordenação da Equipe Técnica e dos trabalhos; será exigido o registro no CREA;

d) Técnico de Segurança do Trabalho para o acompanhamento das atividades e realização de integração, DDS e demais procedimentos normativos de Segurança do Trabalho.

6.3 A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante poderá ser feito por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

6.4 A capacitação exigida da equipe técnica deverá ser comprovada por meio de certificados ou diplomas.

6.5 Nos termos do art. 30, §10º, da Lei 8.666/1993, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

6.6 A comprovação da **capacidade técnico-operacional** será admitida por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou obra(s) ou serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto licitado.

6.7 A comprovação de **capacidade técnico-profissional** deverá ocorrer por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado;

6.8 As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

6.9 Os atestados ou certidões que não atenderem a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

6.10 Justificam-se as exigências de qualificação técnica, uma vez que serão

imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

6.11 A licitante, caso queira, poderá realizar visita técnica, devendo juntar aos documentos de habilitação o atestado da visita realizada. Caso não realize visita técnica, deverá juntar aos documentos de habilitação Declaração de Conhecimento de Área, conforme modelos disponibilizados no edital.

7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas correspondentes da execução do objeto licitado correrão pela seguinte

Dotação Orçamentária:

- **Ficha:** 1378
- **Dotação orçamentária:** 02.015.2069.0026.0782.0013.3.33.90.39.00
- **Descrição:** MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRÂNSITO - TESOURO.

8 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O serviço contratado será executado no Aeroporto de Pouso Alegre/MG, localizado à Avenida João Batista Pifer, no Bairro Jardim Aeroporto, conforme previsto no Projeto Executivo e demais documentos anexos a este Projeto Básico e no Edital de Licitações.

9 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

9.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por um ou mais representantes da

CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993;

9.2 A **CONTRATANTE** designa como Fiscal o servidor MARCIO ELI BARBOSA JÚNIOR, matrícula 21.403 e, como suplente, a servidora CAMILA MUNIZ BAPTISTA, matrícula 20.393;

9.3 A Fiscalização deve inspecionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto e seus anexos, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato, inclusive as pertinentes aos encargos complementares de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato;

9.4 O fiscal da **CONTRATANTE** deverá registrar no **RELATÓRIO DE SERVIÇOS** as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993;

9.5 As atividades de gestão contratual e fiscalização do serviço serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato;

9.6 Durante a execução do objeto, a Fiscalização deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços, a fim de evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer da CONTRATADA a correção de faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.7 Poderá haver o redimensionamento do pagamento com base nos serviços comprovadamente executados e sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.8 Em nenhuma hipótese será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

9.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador e desde que não diminua a qualidade final esperada;

9.10 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação às especificações técnicas, além das glosas, devem ser aplicadas as sanções administrativas à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

9.11 A Fiscalização poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

9.12 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser

verificada juntamente com a CONTRATADA mantendo com o estabelecido neste Projeto Básico e seus anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso ou execução;

9.13 A Fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, oficiar os órgãos responsáveis de fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

9.14 A Fiscalização deverá exigir o **RELATÓRIO DE SERVIÇOS** como informativo diário da execução dos serviços contratados;

9.15 A Fiscalização deve manter arquivo atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo projetos, caderno de encargos, especificações técnicas de materiais e serviços, orçamentos, documentos da licitação (edital, proposta e respectiva planilha orçamentária e relatório final da licitação), contrato, medições, relatórios fotográficos, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, pagamentos, caderneta ou livro de ocorrências, correspondências, relatórios, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras, Projeto como Construído (*As Built*), termos de recebimento provisório e definitivo e devolução de cauções e outros pertinentes ao acompanhamento da execução contratual;

Cumprir, ainda, à Fiscalização da CONTRANTE:

9.16 Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de obras de serviço apresentados pela CONTRATADA antes do início dos trabalhos;

9.17 Analisar a conformidade da execução, o Gerenciamento de Resíduo Sólidos da Construção Civil, com os requisitos exigidos pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002 e, demais normas e Leis que regulamentam o Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

9.18 Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado, dos serviços e obras, quando apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;

9.19 Obter da CONTRATADA o Manual de Qualidade, quando for o caso, contendo o sistema de Gestão de Qualidade e verificar a sua efetiva utilização;

9.20 Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;

9.21 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

9.22 Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e *interfaces* dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;

9.23 Promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de obras, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

9.24 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

9.25 Realizar inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das Medidas de Segurança no Trabalho, o estado de Conservação dos Equipamentos de Proteção Individual e dos dispositivos de Proteção de Máquinas e Ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas Normas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

9.26 Aprovar partes, etapas ou a totalidade conforme os serviços executados;

9.27 Verificar e atestar as respectivas medições dos serviços comprovadamente executados, que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico, Relatório de Serviços e pelas respectivas memórias de cálculo;

9.28 Determinar a paralisação e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

9.29 Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;

9.30 Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;

9.31 Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela CONTRATADA e admitida no caderno de encargos e/ou especificações técnicas dos materiais e serviços, com base na comprovação da equivalência entre os

componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos e/ou especificações técnicas;

9.32 Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

9.33 Solicitar, formalmente, a CONTRATADA, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica fundamentada a modo de formar juízo de valor desses eventos para poder encaminhar a documentação necessária, em tempo hábil, para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;

9.34 Solicitar a instância superior, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes, nas decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

9.35 Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela CONTRATADA, mediante parecer técnico fundamentado e com anotação no **Relatório de Serviços**;

9.36 Verificar e aprovar os desenhos “*As Built*” elaborados pela CONTRATADA, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras comprovadamente executados;

9.37 Receber, provisoriamente, a obra ou serviço, se todos os serviços foram executados em conformidade, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

9.38 Exigir o **RELATÓRIO DE SERVIÇOS** com páginas numeradas em 03 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: andamento, aprovação e conclusão de serviços e etapas construtivas, solicitações de revisão ou modificações de projeto, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e CONTRATANTE;

9.39 A presença da Fiscalização não exime a Responsabilidade Técnica da CONTRATADA. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras;

9.40 A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetivado mediante medições mensais, devidamente atestadas pela Fiscalização do Contrato, e em conformidade com a IN nº 09/2003-TCE-MG, devendo ser acompanhada da seguinte documentação:

- 10.1.1 Boletim de Medição;
- 10.1.2 Memórias de Cálculo – quando necessário;
- 10.1.3 Relatório de Serviços;
- 10.1.4 Relatório Fotográfico, indicando os serviços realizados;

10.2 A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da Nota Fiscal emitida após a fiscalização atestar as medições.

10.3 Se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até que a regularização das mesmas.

10.4 Os valores atestados e devidamente aprovadas pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, terão como base os valores correspondentes às etapas e fases lançadas no Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentaria desta licitação.

10.5 A emissão da Nota Fiscal será autorizada somente após conferência da documentação por parte da Fiscalização do Contrato.

10.6 O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a

multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

10.7 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

10.8 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 Para a presente licitação, será adotado o critério de **Menor Preço Global**, sendo oportuno afirmar que a consonância dessa escolha com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

11.2 É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto, quando este é divisível. Todavia, conforme se depreende da Súmula 247 do TCU, esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala.

11.3 Deve-se ressaltar que a adjudicação por itens ou lotes de itens nem sempre é sinônimo de vantagem, tal como afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000, do TCDF:

Não é, pois a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório [...] se, por exemplo, as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico e a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo

será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido.

11.4 Por esta se tratar de serviço complexo e com diversas interferências, a adoção do **MENOR PREÇO GLOBAL**, sem a divisão por lotes, é mais satisfatória do ponto de vista técnico, por manter a qualidade do empreendimento como um todo, na medida em que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

Com o maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma pré-estabelecido, na observância dos prazos, maior efetividade na fiscalização e concentração da garantia dos resultados.

11.5 Ainda há de se considerar que serão vários serviços e obras prestadas de forma unificada, sendo possível maximizar a sinergia entre os serviços e demandas. Ademais, será concretizado o total do lote de modo que haverá um ganho em escala já que o aumento de quantitativos permite uma redução de preços a serem pagos pela Administração considerando-se um aumento de escala.

12 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

12.1 A contratação será realizada mediante licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, nos termos do inciso II do art. 22 da Lei Federal 8.666/1993.

12.2 De acordo com Marçal Justen Filho, *a determinação da obrigatoriedade da licitação e a escolha da modalidade cabível devem fazer-se em face do montante do conjunto de todas as contratações, independentemente de fracionamentos.*

12.3 Tal modalidade de licitação encontra-se disciplinada pela Lei nº 8.666/1993, nos seguintes termos:

Art. 22. São modalidades de licitação:

(...)

§2º. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

12.4 A respeito da determinação da modalidade de licitação a ser adotada, o art. 23 da mesma Lei, com alterações inseridas pela Lei nº 9.648/1998, assim determina:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);*
- b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);*

12.5 Nos termos do Decreto nº 9.412/2018, houve atualização dos valores originalmente estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993, a saber:

Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite – até R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*
- b) na modalidade tomada de preços – até R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);*
- c) na modalidade concorrência – acima de R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).*

12.6 Desta forma, tendo sido o serviço orçado inicialmente em R\$ 405.458,12 (quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), justifica-se a adoção da modalidade de Tomada de Preço para realização do certame em questão.

13 DO REGIME DE EXECUÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Empreitada por Preço Unitário, uma vez que será estabelecido um padrão ou unidade de medida para conferência do valor a ser pago à **CONTRATADA**, o que será feito após a medição, em seu respectivo período, e a verificação da conformidade do serviço

prestado.

14 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento dos serviços executados pela **CONTRATADA** será efetivado em duas etapas sucessivas:

14.1 Recebimento provisório

14.1.1 O Recebimento Provisório será efetivado após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

14.1.2 Nesta etapa, a **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos catálogos, folhetos e manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes pertinentes ao objeto dos serviços e obras, inclusive certificados de garantia;

14.1.3 Após a vistoria, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, estabelecendo-se **prazo para a execução dos ajustes**;

14.2 Recebimento definitivo

14.2.1 Nesta etapa, o Recebimento Definitivo será realizado após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante nova vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

14.2.2 O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

14.2.3 Na entrega formal do serviço, a **CONTRATADA** entregará uma coleção documental, compreendendo uma via de cada projeto da edificação, devidamente atualizada, em consequência de eventuais modificações ocorridas durante a execução.

15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas pertinentes.

15.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

15.3 Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

15.4 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III – Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s)

vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

15.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

15.6 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.7 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

15.8 O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas, acarretará a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no edital.

16 JUSTIFICATIVA

16.1 O aeroporto atende ao município de Pouso Alegre e toda região circunvizinha, totalizando um número superior a 60 municípios e uma população de mais de 1 milhão de habitantes. O aeroporto com funcionamento apenas diurno significa dizer que toda essa população no período de 50% do dia (12 horas) está inacessível via modal aéreo. Uma vez que no período noturno é o mesmo que não tivéssemos aeroporto nesta região.

16.2 Os principais usuários do modal aéreo no período noturno são aqueles serviços cuja demanda é imprevisível e emergencial, conforme exemplificado a seguir:

16.2.1 Transplantes de Órgãos Vitais Humanos (que são perecíveis). Transportes de Enfermos via UTI Aérea, como é o caso da Unimed. Transporte de feridos pela

aeronave recentemente adquirida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para atendimento à emergências médicas;

16.22 Segurança Pública, como é o caso da aviação da Polícia Militar de Minas Gerais, que recentemente passou por várias demandas de operação noturna no aeroporto de Pouso Alegre, arriscando um pouso noturno sem a iluminação adequada e correu risco de acidente fatal, quando trazia uma equipe do BOPE para contenção de ameaça.

16.23 Outros usuários são o próprio governo de Minas e demais classes políticas. Na última visita o governador de Minas Gerais quase não pode decolar de volta a Belo Horizonte, devido ao horário do por do sol no aeroporto de Pouso Alegre. A não permissão de se decolar noturno deste aeroporto é a priori uma proibição da Força Aérea Brasileira;

16.3 Todo aeroporto é uma Área de Segurança Nacional e o ideal seria que tivesse condições de atender à suas atribuições em qualquer momento do dia, e não apenas no período diurno;

16.4 Todas as grandes empresas situadas em Pouso Alegre e algumas médias empresas possuem sua aeronave própria e necessitam do aeroporto no período noturno. A falta do balizamento trás grande transtorno aqueles que giram a economia do município;

16.5 Personalidades de renome nacional precisam pousar em outros aeroportos e se deslocarem de carro para fazerem shows e eventos noturnos em Pouso Alegre e cidades circunvizinhas;

16.6 Enfim, a restauração das operações noturnas no aeroporto de Pouso Alegre traria enormes benefícios à imagem desta administração municipal. Uma vez que a sociedade clama pelo retorno dos voos noturnos em face da necessidade constante e nunca resolvida pelas administrações anteriores.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Integram este Projeto Básico os Projetos Executivos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilhas Orçamentárias, Relatório Técnico e demais documentos necessários para a execução dos serviços.

17.2 Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, o direito de, no interesse público e sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou



indenização, alterar as condições, as especificações e/ou qualquer documento pertinente a esta Licitação, fixando novo prazo.

Pouso Alegre, 23 de Setembro de 2020.

Wagner Mutti Tavares
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes



ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Diante da impossibilidade de fixação das planilhas orçamentárias neste edital, os mesmos encontram-se disponíveis no sítio oficial do Município, <http://www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao.asp>, podendo, ainda, ser obtido por meio do e-mail editaispmpa@gmail.com ou na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, situada na Rua dos Carijós, 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre/MG, por meio de um *pendrive*.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

....., inscrita no CNPJ/MF o n.º
....., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG.
N.º e inscrito no CPF/MF sob o n.º,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21
de junho de 1.993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO

MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^a., a nossa Proposta relativa à **TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar as condições prescritas nos documentos da licitação em epígrafe.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	VALOR GLOBAL
1	Serviço de instalação, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra, do sistema de balizamento luminoso da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Regional de Pouso Alegre MG.	Serviço	01	

O serviço deverá ser executado conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, relatório técnico, projeto(s) e demais documentos anexos ao processo.

Obs: entregar junto com a proposta: a planilha orçamentária de custos, com a composição do BDI e o cronograma físico-financeiro e apresentar também planilha

***de composição de custos unitários. Favor verificar o exigido no item 8 do edital.
Favor entregar a proposta conforme planilhas (Fase I e Fase II).***

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias consecutivos, a partir da data de sua apresentação.

Forma de Pagamento: conforme edital.

Prazo de vigência do contrato: conforme edital.

Declaramos que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, que integrarão o ajuste correspondente.

Declaramos que no preço apresentado, estão compreendidas todas as despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução dos serviços, inclusive todos os tributos incidentes sobre os mesmos.

Informamos que o (s) Sr. (s)..... é (são) nosso (s) representante (s) credenciado (s) a responder por nossa Empresa junto a V.S^a., em tudo que fizer necessário durante os trabalhos da Licitação.

Atenciosamente,

Pouso Alegre MG, de de 2020.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

Banco

Agencia

Conta Corrente

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

CONTRATADA:

Aos dias do mês de do ano de 2020 (dois mil e vinte), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Carijós, nº 45, centro, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21, neste ato representado pelo(a) **Secretário Municipal de Trânsito e Transportes**, Sr(a)., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de....., publicada em, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representada por,,, portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020**, que se regerá pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

1.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal n.º. 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º. 8.883, de 08 de junho de 1.994, bem como, as disposições contidas no Processo Administrativo originário do Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020**, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcrito fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA)**.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Serviço de instalação, com fornecimento de todos os materiais e mão-de-obra, do sistema de balizamento luminoso da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Regional de Pouso Alegre MG.	Serviço	01

2.3 O serviço deverá ser executado conforme planilha orçamentária, cronograma físico- financeiro, relatório técnico, projeto(s) e demais documentos anexos ao processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias, abaixo especificadas:

- **Ficha:** 1378
- **Dotação orçamentária:** 02.015.2069.0026.0782.0013.3.33.90.39.00
- **Descrição:** MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRÂNSITO -

TESOURO.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

4.1. O valor deste contrato é de R\$ **XXXXXXXXXXXX** conforme planilha apresentada.

4.2. Fica expressamente estabelecido que no preço global apresentado na proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos dos serviços objeto do presente contrato, requeridos para a execução das obras/serviços previstos na cláusula primeira deste contrato, de acordo com as especificações e demais documentos da licitação.

4.3. Face ao disposto no art. 65 §1º da Lei 8.666/93, o contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial, desde que comprovada a necessidade em planilha orçamentária e devidamente autorizada.

4.4. A revisão dos preços é admitida em caráter excepcional, desde que ocorridos os requisitos constantes do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.5. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

4.6. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

4.7. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

4.8. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município

de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

4.9. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

4.10. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

4.11. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

4.12. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

4.13. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

4.14. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

4.15. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

4.16. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

4.17. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

4.18. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

4.19. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

4.20. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela contratada.

4.21. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

4.22. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado,

a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

4.23. Durante a vigência do contrato, o valor global será mantido pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, desde que ocorra algum dos motivos listados no citado dispositivo legal;

5.2. A Ordem de Serviço para execução será emitida pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em até 10(dez) dias úteis após a publicação do contrato assinado;

5.3. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 15 dias úteis a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

5.4. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro anexo ao processo. Em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada submetida à análise e aprovação da Contratante, este prazo poderá ser prorrogado por igual período, limitado ao prazo de vigência do contrato;

5.5. Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis, quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, além das disposições contidas no Código Civil Brasileiro. Todo atraso deverá ser registrado no Relatório de Serviços previsto no item 3.5, com devida justificativa.

5.6. Face ao disposto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, as quantidades de que trata o anexo da planilha de custos e quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado.

5.7. Em caráter excepcional e na necessidade de determinação de prazo não previsto no Projeto Básico e/ou Edital, em decorrência de eventualidade surgida durante a execução do serviço e/ou contrato, este será determinado pela CONTRATANTE.

5.8. A Contratada deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pelo Município de Pouso Alegre.

5.9. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será através de medições mensais, devidamente atestadas pelos Fiscais das Obras e do Contrato, e em conformidade com IN 09/2003 – TCE-MG, devendo ser acompanhada da seguinte documentação:

6.1.1. BOLETIM DE MEDIÇÃO;

6.1.2. MEMÓRIAS DE CÁLCULO – quando necessário;

6.1.3. DIÁRIO DE OBRAS;

6.1.4. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO INDICANDO OS SERVIÇOS REALIZADOS;

6.2. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da Nota Fiscal emitida após a fiscalização atestar as medições.

6.3. Se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até que a regularização das mesmas.

6.4. Os valores atestados e devidamente aprovadas pelo Fiscal designado pela **CONTRATANTE**, terão como base os valores correspondentes às etapas e fases lançadas no Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentaria desta licitação.

6.5. A emissão da Nota Fiscal será autorizada somente após conferência da documentação por parte da Fiscalização do Contrato.

6.6. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

6.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Município encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O serviço contratado será executado no Aeroporto de Pouso Alegre/MG, localizado à Avenida João Batista Pifer, no Bairro Jardim Aeroporto, conforme previsto no Projeto Executivo e demais documentos anexos ao processo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de fiscal, com base nas atividades previstas na Ordem de Serviço. O fiscal deverá conferir as medições de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado, parte do processo licitatório. As medições serão efetuadas por percentual de item concluído.

8.2. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que por esta solicitado, a fim de definir metas e/ou sanar dúvidas decorrentes da execução dos serviços;

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que solicitados pela CONTRATADA, bem como disponibilizar os documentos que se fizerem necessários à prestação dos serviços.

8.4. Comunicar imediatamente e por escrito à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas na prestação de serviços, fixando prazos para adequação.

8.5. Proporcionar, no âmbito de sua competência, as facilidades necessárias para que a CONTRATADA desempenhe seus serviços conforme as normas constantes em contrato.

8.6. Assegurar acesso de pessoas credenciadas pela CONTRATADA às suas instalações, impedindo que pessoas não credenciadas intervenham no andamento dos serviços.

8.7. Efetuar o pagamento na forma convencionada, por meio de notas fiscais/faturas discriminativas dos serviços executados, devidamente atestadas pelos fiscais técnicos e do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato e do Projeto Básico, em total conformidade com as descrições técnicas do edital, seus anexos e normas técnicas vigentes;

9.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3. Indicar, no ato de sua assinatura do Contrato, para representá-la durante a execução dos serviços, profissional com graduação completa em Engenharia Elétrica ou afins, devidamente registra no Conselho de Classe, indicação sujeita à anuência da Contratante;

9.4. Executar, diretamente, objeto desta licitação, não podendo subcontratar, ceder ou sublocar, exceto, mediante pedido escrito e prévia anuência da Secretaria de Trânsito e Transportes, atividades de execução que não se incluam sua especialização, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por garantir a efetiva execução e perfeição técnica;

9.5. Solicitar à Contratante, de forma oficial, reuniões periódicas para definição de metas e/ou sanar dúvidas decorrentes dos serviços;

9.6. Zelar pela boa qualidade dos serviços prestados, pelo comportamento dos funcionários, além de receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

9.7. Obter, quando necessário, as licenças prévias e de instalação relativas aos serviços, junto aos órgãos de aviação e de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos;

9.8. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados;

9.9. Manter o Relatório de Serviços no local de execução do serviço contratado, durante todo o período de execução, sempre à disposição da CONTRATANTE;

9.10. Registrar no Relatório de Serviços, com justificativa, todo atraso ocorrido na execução, mantendo os registros atualizados e disponíveis à fiscalização pela CONTRATANTE;

9.11. Informar formal e tempestivamente à CONTRATANTE, mantendo anotados no RELATÓRIO DE SERVIÇOS, disponível à Fiscalização, os motivos ou razões impeditivos da execução do serviço, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, para as quais a CONTRATADA não tenha contribuído, dentre os quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços;

9.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material(is) empregado(s) realizando as necessárias substituições no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da detecção e conhecimento dos mesmos pela Fiscalização;

9.13. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

9.14. Fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor (EPI e EPC), além dos que forem solicitados pela fiscalização, em compatibilidade com o serviço executado;

9.15. Fornecer todo material, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução;

9.16. Manter sinalizados, de acordo com as normas vigentes (trânsito, obras, segurança, etc), os locais onde serão realizados os serviços, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores e da população em geral;

9.17. Manter identificados os caminhões e demais maquinários, afixando, em ambas as laterais da carroceria, placas identificadoras com os dizeres A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG;

9.18. Responsabilizar-se por toda a execução dos serviços e obras, pela segurança e estabilidade dos serviços que realizar, inclusive pela boa qualidade e rigor técnico dos mesmos;

9.19. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

9.20. Concluir, completa e satisfatoriamente o objeto desta Licitação, assumindo toda e qualquer responsabilidade técnica sobre a execução dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;

9.21. Garantir que, após a conclusão dos serviços, a pista de pousos e decolagens e seu entorno estejam completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando-se a livre circulação de aeronaves, veículos e pessoas;

9.22. Realizar, quando solicitado pela fiscalização, testes de qualidade, resistência ou qualquer outro julgado necessário, em local a ser indicado, para garantir a perfeita execução do objeto e cumprir com o proposto.

9.23. Entregar à CONTRATANTE, quando da conclusão dos serviços, o "as built", com todas as informações e detalhes atualizados de todas as alterações e modificações, previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, ocorridas durante a execução do serviço, sob pena de não ter aprovada sua última medição. O "as built" deverá ser entregue impresso e em mídia digital, com arquivos no formato padrão para cada software utilizado (AutoCAD, Microsoft Excel, Adobe PDF ou similares compatíveis).

9.24. Apresentar sempre de modo oficial (ofício em papel timbrado) as ações que serão tomadas, dúvidas, procedimentos e solicitações. Havendo complexidade ou outro fator relevante, o assunto deverá ser discutido em reunião com a CONTRATANTE.

9.25. Garantir a aplicação das Normas Regulamentadoras (NR) e seus anexos que definem referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e da população em geral, além de estabelecer requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho na utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

9.26. Prestar imediato socorro a vítimas, em caso de acidente, paralisar imediatamente as atividades de execução nas suas imediações, a fim de evitar a mudanças das circunstâncias relacionadas ao acidente, e solicitar o comparecimento da Fiscalização no local da ocorrência, relatando o fato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes.

10.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

10.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento/prestação dos serviços, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública da Tomada de Preços ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

10.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II - Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV - Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

V - Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, consequentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

10.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

10.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela Contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da **Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes**, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZACAO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

12.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993;

12.2. A CONTRATANTE designa como Fiscal o servidor **MARCIO ELI BARBOSA JÚNIOR**, matrícula 21.403 e, como suplente, a servidora **CAMILA MUNIZ BAPTISTA**, matrícula 20.393;

12.3. A Fiscalização deve inspecionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto e seus anexos, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato, inclusive as pertinentes aos encargos complementares de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato;

12.4. O fiscal da CONTRATANTE deverá registrar no RELATÓRIO DE SERVIÇOS as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993;

12.5. As atividades de gestão contratual e fiscalização do serviço serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato;

12.6. Durante a execução do objeto, a Fiscalização deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços, a fim de evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer da CONTRATADA a correção de faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.7. Poderá haver o redimensionamento do pagamento com base nos serviços comprovadamente executados e sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.8. Em nenhuma hipótese será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

12.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador e desde que não diminua a qualidade final esperada;

12.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação às especificações técnicas, além das glosas, devem ser aplicadas as sanções administrativas à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

12.11. A Fiscalização poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

12.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a CONTRATADA mantendo com o estabelecido neste contrato e no Projeto Básico e seus anexos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso ou execução;

12.13. A Fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, officiar os órgãos responsáveis de fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

12.14. A Fiscalização deverá exigir o RELATÓRIO DE SERVIÇOS como informativo diário da execução dos serviços contratados;

12.15. A Fiscalização deve manter arquivo atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo projetos, caderno de encargos, especificações técnicas de materiais e serviços, orçamentos, documentos da licitação (edital, proposta e respectiva planilha orçamentária e relatório final da licitação), contrato, medições, relatórios fotográficos, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, pagamentos, caderneta ou livro de ocorrências, correspondências, relatórios, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras, Projeto como Construído (As Built), termos de recebimento provisório e definitivo e devolução de cauções e outros pertinentes ao acompanhamento da execução contratual;

Cumpre, ainda, à Fiscalização da CONTRANTE:

12.16. Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de obras de serviço apresentados pela CONTRATADA antes do início dos trabalhos;

12.17. Analisar a conformidade da execução, o Gerenciamento de Resíduo Sólidos da Construção Civil, com os requisitos exigidos pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002 e, demais normas e Leis que regulamentam o Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

12.18. Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado, dos serviços e obras, quando apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;

12.19. Obter da CONTRATADA o Manual de Qualidade, quando for o caso, contendo o sistema de Gestão de Qualidade e verificar a sua efetiva utilização;

12.20. Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;

12.21. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

12.22. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;

12.23. Promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de obras, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

12.24. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

12.25. Realizar inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das Medidas de Segurança no Trabalho, o estado de Conservação dos Equipamentos de Proteção Individual e dos dispositivos de Proteção de Máquinas e Ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas Normas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

12.26. Aprovar partes, etapas ou a totalidade conforme os serviços executados;

12.27. Verificar e atestar as respectivas medições dos serviços comprovadamente executados, que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico, Relatório de Serviços e pelas respectivas memórias de cálculo;

12.28. Determinar a paralisação e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

12.29. Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;

12.30. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;

12.31. Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela CONTRATADA e admitida no caderno de encargos e/ou especificações técnicas dos materiais e serviços, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no caderno de encargos e/ou especificações técnicas;

12.32. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

12.33. Solicitar, formalmente, a CONTRATADA, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica fundamentada a modo de formar juízo de valor desses eventos para poder encaminhar a documentação necessária, em tempo hábil, para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;

12.34. Solicitar a instância superior, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes, nas decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

12.35. Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela CONTRATADA, mediante parecer técnico fundamentado e com anotação no Relatório de Serviços;

12.36. Verificar e aprovar os desenhos “As Built” elaborados pela CONTRATADA, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras comprovadamente executados;

12.37. Receber, provisoriamente, a obra ou serviço, se todos os serviços foram executados em conformidade, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

12.38. Exigir o RELATÓRIO DE SERVIÇOS com páginas numeradas em 03 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: andamento, aprovação e conclusão de serviços e etapas construtivas, solicitações de revisão ou modificações de projeto, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e CONTRATANTE;

12.39. A presença da Fiscalização não exime a Responsabilidade Técnica da CONTRATADA. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras;

12.40. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, o futuro contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do futuro contrato, por parte da proponente vencedora;
- c) a subcontratação ou cessão do futuro contrato, sem autorização do Município de Pouso Alegre/MG;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à proponente vencedora;

e) descumprimento, pela proponente vencedora, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre MG;

f) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93.

13.2. A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá também rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "f" do subitem 13.1, por mútuo acordo.

13.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "f" do subitem 13.1, a proponente vencedora sujeitar-se-á a multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Pouso Alegre/MG, as obras/serviços efetuados, podendo o Município de Pouso Alegre MG, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a proponente vencedora seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Pouso Alegre, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.4. No interesse da administração pública, desde que justificado, a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre poderá rescindir o futuro contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUSPENSÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

14.1. O **CONTRATANTE** poderá, em qualquer momento, desde que com pré-aviso de 15 (quinze) dias corridos, suspender temporariamente, no todo ou em parte, as obras e/ou serviços objeto deste contrato. Neste caso, serão acordados novos prazos para a retomada das obras e/ou serviços e estudadas as implicações decorrentes desta interrupção.

§ 1º - Se a suspensão e prestação das obras e/ou serviços vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindido, na forma estabelecida no parágrafo primeiro da sua cláusula décima terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento dos serviços executados pela **CONTRATADA** será efetivado em duas etapas sucessivas:

15.1.1. Recebimento provisório:

15.1.1.1. O Recebimento Provisório será efetivado após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

15.1.1.2. Nesta etapa, a **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos catálogos, folhetos e manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes pertinentes ao objeto dos serviços e obras, inclusive certificados de garantia;

15.1.1.3. Após a vistoria, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, estabelecendo-se **prazo para a execução dos ajustes**;

15.1.2. Recebimento definitivo

15.1.2.1. Nesta etapa, o Recebimento Definitivo será realizado após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, mediante nova vistoria realizada pela Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços;

15.1.2.2. O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** mediante a apresentação, pela **CONTRATADA**, da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de

pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

15.1.2.3. Na entrega formal do serviço, a **CONTRATADA** entregará uma coleção documental, compreendendo uma via de cada projeto da edificação, devidamente atualizada, em consequência de eventuais modificações ocorridas durante a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS TAXAS E IMPOSTOS

16.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas, contribuições ou encargos), que reflita comprovadamente nos preços ora contratados, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

17.1 Antecedendo ao início da execução dos serviços, em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, será obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao órgão competente - CREA ou CAU - nos termos instituídos na Lei nº 6.496/1977, cumprindo-se todas as determinações legais pertinentes;

17.2 Os serviços deverão obedecer às legislações e normas aplicáveis. Não havendo normas específicas obrigatoriamente aplicáveis, emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), poderão ser adotadas outras normas, previamente acordadas, desde que garantam a eficácia do serviço prestado. Na total ausência ou omissão, as normas internacionais poderão ser aplicáveis;

17.3 O não atendimento às legislações e normas é considerado prática de infração, caracterizada por colocar no mercado produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

17.4 Deverão ser rigorosamente observadas as planilhas orçamentárias, cronograma físico- financeiro, projetos executivos, memorial descritivo (relatório técnico) e demais documentos anexos ao processo;

17.5 A CONTRATADA deverá elaborar RELATÓRIO DE SERVIÇOS, que será parte integrante do processo de pagamento e controle dos serviços executados;

17.6 Quaisquer tributos, despesas diretas ou indiretas incidentes sobre a execução do serviço, se omitidos na proposta, serão interpretados como já incluídos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos após a abertura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

18.1. O encaminhamento de cartas e documentos pelo **CONTRATADO** deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da **CONTRATANTE**, não se considerando nenhuma outra forma como prova de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Não obstante seja a empresa **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável pela qualidade da execução das obras e/ou serviços, a Prefeitura, através de sua equipe ou de prepostos, formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá ampla e completa fiscalização da qualidade dos serviços em execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO FORO

20.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente, por si e seus sucessores em três vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Pouso Alegre MG, de Outubro. de 2020.

MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

ANEXO VIII

MODELO - TERMO DE VISITA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020

Declaramos que a, com sede na....., n.º, bairro, no Município de, inscrita no CNPJ sob o n.º, realizou visita técnica aos locais onde serão executadas as obras/serviços objeto do Edital da **TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA)**.

A visita técnica foi realizada no dia XX/XX/2020, por, responsável técnico da empresa.

Pouso Alegre MG, de de 2020.

(assinatura do responsável legal da empresa)

(assinatura do servidor responsável)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE ÁREA

TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020

Eu,, (profissão)....., portador da carteira do CREA ou CAU n°, Região, responsável técnico da empresa, declaro conhecer os locais a serem executados os serviços bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, tendo declinado do direito de participar da Visita Técnica aos locais dos referidos serviços.

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, assinada pelo responsável técnico da obra/serviço.

Nome Cargo

ANEXO X

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Diante da impossibilidade de fixação dos cronogramas físicos-financeiros neste edital, os mesmos encontram-se disponíveis no sítio oficial do Município, <http://www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao.asp>, na aba “edital de licitação”, podendo, ainda, ser obtido por meio do e-mail editaispmpa@gmail.com ou na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, situada na Rua dos Carijós, 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre/MG, por meio de um pendrive.

ANEXO XI

MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

AO

MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).

Prezados Senhores,

Em atendimento à determinação do Edital, declaramos sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação de nossa empresa para apresentar proposta objeto desta licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local, _____, de _____ de 2020

Nome, assinatura e identidade do(s) responsável(eis) legal(ais) pela proponente
(Carimbo com CNPJ do proponente).

ANEXO XII

MODELO – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO COM SERVIDOR PÚBLICO

AO

MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A
REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE
BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO
AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).**

Prezados Senhores,

Em atendimento à determinação do Edital, declaramos sob as penalidades cabíveis, que os sócios, acionistas e administradores, detentores do controle desta empresa, não possuem nenhum vínculo direto ou indireto com o Município de Pouso Alegre, com o Prefeito Municipal, com os Secretários Municipais, Superintendentes, Diretores, Gerentes ou qualquer funcionário desta Municipalidade, de acordo com o determinado no art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local, _____, de _____ de 2020.

Nome, assinatura e identidade do(s) responsável(eis) legal(ais) pela proponente
(Carimbo com CNPJ do proponente).

ANEXO XIII

MODELO DE RENUNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

AO

MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL DE POUSO ALEGRE/MG (SNZA).

(Nome da empresa), inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, vem por meio deste, renunciar ao direito de Interposição de Recurso, da Tomada de Preços acima identificada.

Firmo o presente,

Local, _____, de _____ de 2020.

Nome, assinatura e identidade do(s) responsável(eis) legal(ais) pela proponente
(Carimbo com CNPJ do proponente).